

ATA NÚMERO 160/XII/2.^a SL

Aos 13 dias do mês de março de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Presidente da Autoridade da Concorrência, no âmbito da audição anual das Entidades Reguladoras.
2. Apreciação e votação das atas n.º 156, 157, 158 e 159, referentes às reuniões de 5, 6 e 8 de março, respetivamente.
3. Discussão e votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 307/XII/2.^a (PS) - Cobrança de Comissões e outros encargos pelas Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras devidas pela prestação de serviços aos consumidores.
4. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 129/XII/2.^a (GOV) - Autoriza o Governo a rever o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 252/2003, de 17 de outubro.
5. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2012.
6. Deliberação sobre as iniciativas europeias a escrutinar pela Comissão, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013.
7. Outros assuntos.

1. Audição do Presidente da Autoridade da Concorrência, no âmbito da audição anual das Entidades Reguladoras.

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos, dando as boas vindas ao Senhor Presidente da Autoridade da Concorrência (AdC) e enquadrando a audição no âmbito das audições anuais das Entidades Reguladoras cuja atividade é acompanhada pela COFAP. De seguida, e tratando-se da última audição do mandato do Prof. Manuel Sebastião enquanto Presidente da AdC, agradeceu, em nome da Comissão, pela colaboração e disponibilidade permanentes.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Presidente da AdC efetuou uma intervenção inicial, apoiada por um *power point*, no âmbito da qual procedeu a um balanço do mandato em matéria de organização, prioridades e vertentes de atuação; atividade processual; atividade extra-processual; normativo concorrencial; *institution building*; e execução orçamental da instituição, terminando com uma reflexão sobre os pontos críticos de atuação para o futuro da Autoridade da Concorrência e as condições necessárias ao seu bom desempenho.

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Presidente da AdC, abrindo, de seguida, o debate. Começou por efetuar uma interpelação à mesa o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), justificando a ausência do Grupo Parlamentar do PCP no decorrer dos trabalhos, após o que intervieram, sequencialmente, os Senhores Deputados Pedro Nuno Santos (PS), Elsa Cordeiro (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Ana Drago (BE), tendo o Presidente da AdC respondido, individualmente, às questões colocadas.

Em sede de segunda ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Nuno Santos (PS) e Carlos Santos Silva (PSD), tendo o Presidente da AdC respondido, em bloco, às questões colocadas. Em sede de intervenção final, o Prof. Manuel Sebastião agradeceu o acompanhamento da Comissão às questões da concorrência, o que permitiu conferir maior visibilidade a estas matérias. Sublinhou, ainda, que o escrutínio parlamentar havia sido fulcral no decorrer do mandato, considerando que a Assembleia da República é o local adequado para a prestação de contas pelos reguladores.

O Senhor Presidente agradeceu todas as informações e esclarecimentos prestados pelo Presidente da AdC, sublinhando o envolvimento ativo e contínuo da COFAP no acompanhamento da atividade das Entidades Reguladoras.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata. A apresentação efetuada, a gravação e outras informações podem ser consultadas no [portal internet](#) da Comissão.

2. Apreciação e votação das atas n.º 156, 157, 158 e 159, referentes às reuniões de 5, 6 e 8 de março, respetivamente.

As [atas n.º 156, 157 e 159](#), referentes às reuniões de 5 (manhã e tarde) e 8 de março, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP e do BE. A votação da ata n.º 158, tendo em conta as sugestões de redação apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD, foi adiada para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

3. Discussão e votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 307/XII/2.^a (PS) – Cobrança de Comissões e outros encargos pelas Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras devidas pela prestação de serviços aos consumidores.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) solicitou o adiamento da discussão e votação indiciária, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 307/XII/2.ª \(PS\)](#) para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

4. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 129/XII/2.ª (GOV) – Autoriza o Governo a rever o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 252/2003, de 17 de outubro

A redação final da [Proposta de Lei n.º 129/XII/2.ª \(GOV\)](#) foi aprovada por unanimidade, nos termos regimentais aplicáveis, verificando-se a ausência do PCP e do BE.

5. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2012.

Face ao documento distribuído de preparação da deliberação, o Senhor Presidente solicitou contributos dos Grupos Parlamentares para a reunião ordinária seguinte da Comissão, com vista à decisão prevista nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, tendo o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitado o ponto de situação das auditorias anteriormente solicitadas pela COFAP, ao que o Senhor Presidente deu conta que o mesmo seria distribuído como elemento preparatório da deliberação a tomar pela Comissão.

6. Deliberação sobre as iniciativas europeias a escrutinar pela Comissão, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013.

Na sequência da participação da COFAP na audição sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013 e tendo em consideração a metodologia de escrutínio das iniciativas europeias, o Senhor Presidente propôs, como critérios de decisão, aferir as iniciativas do PTCE enquadradas no âmbito de competências da Comissão. O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) sugeriu selecionar as iniciativas legislativas e, após avaliação das iniciativas não legislativas, aquelas merecedoras de escrutínio, proposta que mereceu a anuência das Senhoras e Senhores Deputados, após o que a Comissão deliberou selecionar o seguinte conjunto de iniciativas para escrutínio em 2013:

N.º ¹	Designação
1.	Análise Anual do Crescimento
2.	Enfrentar os riscos sistémicos relacionados com o «sistema bancário paralelo» («shadow banking»)
3.	Quadro comum para o estabelecimento de índices e padrões de referência, nomeadamente a sua governação e cálculo

¹ A numeração corresponde à do Programa de Trabalho da Comissão Europeia.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

4.	Revisão do Sistema Europeu de Supervisão Financeira
5.	Proporcionar financiamento a longo prazo através de ações destinadas a assegurar a eficácia das instituições, mercados e instrumentos financeiros
6.	Fundos do Quadro Estratégico Comum e governação económica da UE
7.	Mandatos de negociação por país dos fundos do Quadro Estratégico Comum para o período 2014-2020
8.	Reforma do enquadramento dos fundos de investimento coletivo/OICVM VI (centrado nos investimentos a longo prazo, nas regras aplicáveis aos produtos e nos depositários)
15.	Iniciativa em matéria de faturação eletrónica no domínio dos contratos públicos
18.	Facilitar a vida das empresas graças a uma declaração normalizada para o IVA
19.	Tornar o sistema do IVA mais eficaz através de uma revisão da estrutura de taxas
20.	Iniciativa relativa à conta bancária
25.	Seguimento ao Livro Verde: Rumo a um mercado europeu integrado de pagamentos eletrónicos através de cartões, Internet e telemóveis
30.	Modernização dos serviços públicos de emprego
48.	Criação de um Ministério Público Europeu para proteger os interesses financeiros da União
49.	Luta contra o branqueamento de capitais

A Comissão deliberou, ainda, reservar-se o direito de, face ao teor de cada iniciativa europeia em concreto e/ou de outras iniciativas apresentadas pela Comissão Europeia não previstas no Programa de Trabalho, atualizar o plano de escrutínio, adaptando-o de modo a assegurar o pleno exercício do papel conferido aos Parlamentos Nacionais em matéria de acompanhamento e pronúncia sobre projetos de atos legislativos, no contexto das atividades parlamentares e dos trabalhos da Comissão.

7. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu conta das diligências efetuadas pela Mesa quanto ao agendamento das audições dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas, do Conselho das Finanças Públicas e do Governo em sede de apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª \(GOV\)](#) – Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

O Senhor Presidente informou, adicionalmente, do ponto de situação quanto ao processo de recrutamento para a UTAO. Nesta matéria, comunicou terem existido cerca de 340 candidatos, tendo o júri efetuado cerca de 30 entrevistas, no decorrer do processo de seleção e nos termos previstos, após o procedera à respetiva graduação, aprovada pelo Conselho de Administração. O Senhor Presidente cumprimentou os serviços da Assembleia da República e, de modo particular, o júri, pelo trabalho desenvolvido com uma eficácia notável.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Presidente recordou ter dado início, com a audição da presente reunião, o processo de audição anual das entidades reguladoras, estando já agendada, para 10 de abril, a audição da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários, após o que se seguiriam as subsequentes.

Foi, enfim, apreciado o calendário de agendamento das reuniões da Comissão.

A reunião foi encerrada pelas 13:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de março de 2013

O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Medina
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Galamba
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Paulo Batista Santos
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Ana Drago
Artur Rêgo
Bruno Dias
Jorge Paulo Oliveira
Nuno Serra
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Honório Novo
Miguel Frasquilho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis
Sónia Fertuzinhos